



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2017

ÍNDICE

- I. Missão, Objetivos e Políticas**
- II. Estrutura de Capital**
- III. Participações Sociais e Obrigações detidas**
- IV. Órgãos Sociais e Comissões**
 - A. Mesa da Assembleia Geral**
 - B. Administração e Supervisão**
 - C. Fiscalização**
- V. Organização Interna**
 - A. Estatutos e Comunicações**
 - B. Controlo Interno e Gestão de Riscos**
 - C. Regulamentos e Códigos**
 - D. Sítio da Internet**
- VI. Remunerações**
- VII. Transações com as Partes Relacionadas e Outras**
- VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental**
- IX. Avaliação do Governo Societário**

I. Missão, Objetivos e Políticas

A Braval assume como sua **missão**: ser um agente ativo na promoção da melhoria da qualidade de vida da população dos concelhos da sua área de atuação, tratando e valorizando os resíduos provenientes dos concelhos; participando continuamente na consciencialização da comunidade envolvente na vertente ambiental.

Dando cumprimento aos compromissos consignados e expressos na missão da Braval, o conselho de administração estabelece como **visão** da Braval: ser reconhecida pelos accionistas como empresa exemplar nos pilares da sustentabilidade; ser reconhecida pelo “mercado” e pela comunidade, como uma empresa eficaz e credível na recolha, valorização e tratamento de resíduos; estar constantemente na “vanguarda” das infra-estruturas e equipamentos para a valorização e tratamento de resíduos.

O conselho de administração da Braval, definiu e assume uma **política** que se estrutura e desenvolve segundo as intenções e orientações a seguir descritas:

- Melhoria contínua do desempenho da organização, numa estreita relação com os colaboradores e fornecedores:
 - Estabelecendo e comunicando objetivamente o desempenho esperado,
 - Controlando e analisando com rigor e sistematicamente, o cumprimento dos objetivos definidos,
 - Promover a interatividade ao nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o controlo operacional adequado dos fornecedores e subcontratados,
 - Promover uma gestão das diferentes atividades, focada no resultado, tendo em vista a sustentabilidade económica por atividade;
- Satisfazer as expetativas e necessidades dos clientes:
 - Em pleno cumprimento dos requisitos do contrato de concessão,
 - Mantendo os princípios de boas relações com os municípios, cumprindo com os requisitos de serviços acordados, melhorando a colaboração e transparência na informação,
 - Melhorando e respeitando os requisitos técnicos especificados para os produtos que resultam da actividade;
- Promover a melhoria da conformidade dos produtos e serviços:
 - Privilegiando, sempre, as soluções de valorização relativamente às de deposição e confinamento técnico, efectuando o que estiver ao seu alcance para prevenir a poluição e proteger o ambiente,
 - Cumprindo a legislação aplicável e outros requisitos que a Braval subscreva,

- Intervindo na recolha, tratamento, armazenagem e encaminhamento de “novos” resíduos, abrindo o leque de alternativas e ao serviço dos clientes e potenciais clientes,
- Assegurando a transparência nos procedimentos de contratação com fornecedores e clientes;
- Potenciar a motivação e pro-atividade na relação com os colaboradores:
 - Verificando e promovendo o desenvolvimento das competências necessárias e adequadas ao “saber fazer” e o “ato seguro”,
 - Incentivando ao envolvimento e à participação pessoal na discussão de novas soluções organizacionais e operacionais,
 - Privilegiando a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, obedecendo aos princípios gerais de prevenção cumprindo com o enquadramento legal e normativo.
- Promover e participar activamente a consciencialização e educação ambiental:
 - Estabelecendo e dinamizando canais de comunicação corrente com a comunidade envolvente e
 - Sistematizando processos de informação associada à atividade e em particular para os seus clientes, entidades e organismos reguladores e fiscalizadores, para melhorar o seu desempenho ambiental e prevenir a poluição.

Objetivos e grau de cumprimento

Prevê-se que, de forma faseada e com recurso a co-financiamento comunitário no âmbito do novo quadro de apoio, sejam construídas novas infra-estruturas e adaptadas existentes que, conjuntamente com ações de sensibilização, irão contribuir para atingir os objetivos e metas impostas, em sede do PERSU 2020, para o Sistema Multimunicipal gerido pela BRAVAL para o horizonte temporal de 2020.

Para o efeito, a BRAVAL elaborou e viu aprovado pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, um Plano de Ação onde detalha e justifica as medidas a levar a cabo no período considerado, de forma a atingir as duas metas fundamentais fixadas no PERSU 2020, nomeadamente:

- Incremento da recolha seletiva de embalagens, de forma a atingir, em 2020, a meta de 53 kg/hab./ano em relação à retoma de embalagens com origem em recolha seletiva;
- Diminuição gradual da deposição de RUB em aterro sanitário, tendo como meta, para 2020, o valor de 10 %;

- Aumento da preparação para reutilização e reciclagem, de forma a atingir em 2020, a meta de 80% de resíduos urbanos recicláveis.

II. Estrutura de Capital

O Capital Social no valor de 1.750.000€ é representado por 350.000 ações da classe A, com valor nominal de 5€ cada ação.

Em 31 de dezembro de 2017, são titulares do Capital Social da BRAVAL, as entidades que se seguem com as respetivas participações:

Acionista	%	N.º Ações	Montante (€)
AGERE	79,0%	276.500	1.382.500,00
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	4,2%	14.700	73.500,00
C.M. VIEIRA DO MINHO	5,7%	19.950	99.750,00
C.M. VILA VERDE	5,0%	17.500	87.500,00
C.M. AMARES	3,7%	12.950	64.750,00
C.M. TERRAS DE BOURO	2,4%	8.400	42.000,00
TOTAL	100%	350.000	1.750.000,00

A transmissão de ações, de acordo com os estatutos da sociedade, está subordinada ao consentimento da sociedade, existindo o direito de preferência dos acionistas, sujeita a autorização ministerial prévia, de acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

A Braval não detém qualquer participação em sociedades.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)
2015-2017	Presidente	Agere, EM	0,00
2015-2017	Vice-Presidente	Município de Póvoa de Lanhoso	0,00
2015-2017	Secretário	Município de Vieira do Minho	0,00

B. Administração e Supervisão

A gestão da Braval é assegurada pelo Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral para mandatos de três anos.

Além do Conselho de Administração são ainda Órgãos Sociais da empresa a Assembleia Geral e o Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais da empresa foram eleitos na Assembleia Geral de Acionistas n.º 32 de 13 de abril de 2015.

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação Legal da Atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
2015-2017	Presidente	António Jorge Almeida da Silva	Ata n.º 32 AG	1
2015-2017	Vogal	Sandra Cristina Leitão Cerqueira	Ata n.º 32 AG	1
2015-2017	Vogal	Luís Jorge Amaro da Costa	Ata n.º 32 AG	4

Os membros do Conselho de Administração da Braval têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação atual.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Braval cumprem com todas as suas obrigações no âmbito das suas competências, designadamente:

- Informar as autoridades dos cargos que detenham;
- Entrega de toda a documentação relativa ao património e rendimentos;
- Informar a inexistência de qualquer incompatibilidade ou impedimentos;
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente;
- Cumprimento das demais disposições previstas na lei.

Elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

António Jorge Almeida da Silva

Nasceu em Braga a 26 de agosto de 1974. Licenciou-se em Gestão de Empresas na Universidade do Minho e concluiu ainda o Curso de Pós-graduação em Fiscalidade no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Na sua atividade profissional, desde 2000 a 2006, integrou os quadros da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Gaspar Castro e Romeu Silva, exercendo as funções de Auditor Financeiro. Neste mesmo período, exerceu cumulativamente com as atividades anteriormente referidas a atividade de consultor independente e formador na área económica, contabilística e fiscal de diversas PME da região.

Desde 2006 a 2013 integrou os quadros da AGERE, Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – EM, exercendo as funções de Diretor Financeiro. Desde 2008, passou a desempenhar as funções de Diretor Comercial, cumulativamente com as funções de Diretor Financeiro.

A 15 de novembro de 2013, foi nomeado durante um mandato para Administrador-Executivo da Agere, sob a forma de requisição.

Tomou posse como Presidente do Conselho de Administração da BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. a 13 de abril de 2015.

Vogal do Conselho de Administração

Sandra Cristina Leitão Cerqueira

Nasceu no Canadá a 24 de janeiro de 1976. Licenciou-se em Relações Internacionais – Ramo Económico-Políticas na Universidade do Minho, tendo terminado o último ano da licenciatura nos E.U.A., na University of Central Arkansas, Little Rock, onde complementou a parte curricular em Gestão e Administração de Empresas. Tem um MBA pela Porto Business School, Escola de Negócios da Universidade do Porto (ex EGP-UPBS). Concluiu ainda a parte curricular do Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde na Universidade do Minho.

Ao longo da sua carreira profissional, entre 1999 e 2000 estagiou no Small Business Advancement National Center, Arkansas, E.U.A., um departamento universitário da Escola de Gestão, prestando serviços de consultoria financeira e gestão a pequenas e médias empresas locais, apoiando as mesmas na elaboração de planos de negócio e marketing. Entre 2000 e 2001 exerceu funções de Técnica do Gabinete do Investidor no ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (actual AICEP), apoiando as empresas na preparação de candidaturas ao abrigo do Programa Operacional da Economia do Quadro Comunitário Europeu. Entre 2004 e 2006 exerceu funções na área comercial, enquanto Gestora de carteira de clientes do mercado Americano em empresas do setor têxtil. No ano de 2005, exerceu funções de Gestora de mercado no Gabinete de Internacionalização e Promoção Externa da AEP – Associação Empresarial de Portugal, tendo sido responsável pela implementação, operacionalização, e gestão de um showroom permanente para 16 empresas nacionais da Fileira Casa-Decoração em Nova Iorque, EUA.

Na sua atividade profissional, integrou desde 2007, os quadros da ALERT Life Sciences Computing, S.A., onde exerceu as funções de Assessora de Projetos e Formação das equipas de pré-venda das subsidiárias do Grupo ALERT e dos parceiros internacionais licenciados.

Tomou posse como Administradora da BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. a 13 de abril de 2015.

Vogal do Conselho de Administração

Luís Jorge Amaro da Costa

Nasceu na Póvoa de Lanhoso a 22 de novembro de 1964. Completou o ensino secundário na Escola Secundária Sá de Miranda, em Braga.

Ao longo da sua carreira profissional, entre 1994 e 2006 foi sócio-gerente na empresa do ramo da panificação e pastelaria Póvoa Pão, Lda., na Póvoa de Lanhoso.

De 2006 a 2007 desempenhou a função de sócio-gerente na Pão e Companhia, Lda., na área da panificação e talho, em Maputo – Moçambique.

Entre 2008 e 2012 exerceu actividade de gerente, como empresário em nome individual, no ramo da restauração e cafetaria.

Tomou posse como Administrador da BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. em abril de 2009, cargo que exerce até à actualidade.

Desde 2013 é mesário na Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.

Em 2015, iniciou atividade na OnOut Imobiliária.

Funcionamento do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 19º dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por três membros não executivos, sendo um Presidente não executivo e os restantes Vogais não executivos.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 12º dos Estatutos, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Na Assembleia-Geral da Braval, realizada no dia 13 de abril de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o triénio 2015/2017, sendo o Conselho de Administração composto por três administradores não executivos.

As competências do Conselho de Administração estão definidas no artigo 20º dos estatutos.

Tendo em conta o previsto no nº 3 do Artigo nº 21, do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, o qual determina que os gestores não executivos acompanhem e avaliem continuamente a gestão da empresa a fim de assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da mesma, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral, foi constituída pela Ata n.º 240 do Conselho de Administração de quinze de abril de dois mil e quinze, uma Comissão de Acompanhamento, cujo regulamento interno foi igualmente aprovado.

C. Fiscalização

Fiscal Único

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados (SROC), representada por Gaspar Vieira de Castro

Suplente: Romeu José Fernandes da Silva

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação Legal da Atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número		
2015-2017	Fiscal Único Efectivo	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC	153	Ata n.º 32 AG de 13 de abril de 2015	5
		representada por Gaspar Vieira de Castro	557		
2015-2017	Fiscal Único Suplente	Romeu José Fernandes da Silva	812	Ata n.º 32 AG de 13 de abril de 2015	5

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

O Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de agosto, criou o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado. Foi, então nesta data, constituída a sociedade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pela EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., e pelos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, sendo uma empresa concessionária do Ministério do Ambiente, para explorar o sistema atrás referido.

No final de 1999, deu-se a adesão da Resicávado à Braval, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de novembro, que veio complementar o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de agosto. O Decreto-lei n.º 471/99 alterou o anterior diploma, fazendo integrar no Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cavado os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro.

No ano de 2000, verificou-se a aquisição à EGF – Empresa Geral do Fomento, SA da sua parte do capital, pelas Câmaras Municipais de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro e pela AGERE - EM, louvando-as pelo esforço financeiro dispensado, como uma forma de prevenção de serviço público, gerido sob forma empresarial.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

O regulador, nomeadamente no âmbito do parecer sobre o Orçamento e Projeto Tarifário, pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Braval tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa da Braval que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

C. Regulamentos e Códigos

A BRAVAL é uma empresa de capitais públicos estando enquadrada no regime jurídico do Setor Empresarial do Estado.

Os Regulamentos Internos existentes são:

- Manual de Acolhimento;
- Manual de Funções;
- Manual de Posto de Trabalho das diferentes atividades desenvolvidas na BRAVAL;
- Manual de Gestão de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde do Trabalho.

D. Sítio da Internet

Informação que consta no Site da Empresa
Existência de Site www.braval.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia
Organigrama
Órgãos Sociais
Regulamentos Internos
Orçamento Anual
Contrato da Sociedade e Estatutos (Alargamento, Constituição e Estatutos, Contrato de Concessão)
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
Relatório do Governo Societário
Plano de Ação
Número de Trabalhadores
Tarifário
Relatório e Contas

VI. Remunerações

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	Remuneração Anual €
Presidente	Agere, EM	0,00
Vice-Presidente	Município de Póvoa de Lanhoso	0,00
Secretário	Município de Vieira do Minho	0,00

Conselho de Administração

Nome	Vencimento €	Remuneração Anual €
António Jorge Almeida da Silva	0,00	0,00
Sandra Cristina Leitão Cerqueira	1.000,00	14.000,00
Luís Jorge Amaro da Costa	1.000,00	14.040,44

Revisor Oficial de Contas

Nome	Remuneração Anual €
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC	8.400,00

VII. Transações com as Partes Relacionadas e Outras

Em todos os procedimentos desenvolvidos para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) foram observadas as normas de contratação pública consagradas no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo decreto-lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Em cumprimento do disposto no artigo 127.º do CCP é submetida na plataforma “base.gov.pt” informação relativa a todos os contratos de valor igual ou superior a 5.000 €.

VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental

A BRAVAL assumiu manter como grandes objetivos para o ano de 2017 a promoção da melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado no estrito cumprimento dos compromissos assumidos na Política de Ambiente, Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho, bem como no desempenho da sua atividade otimizando as infra-estruturas e equipamentos existentes. Ciente das imposições legais em vigor, de todos os requisitos aplicáveis à sua atividade e da evolução tecnológica assumiu também como objetivo a realização de algumas adaptações ao Sistema de modo a dar cumprimento a estes requisitos. A adoção das melhores técnicas disponíveis, assumindo como prioritárias as soluções de valorização de resíduos, aliada à correta gestão dos recursos energéticos e hídricos é também uma preocupação constante no desenvolvimento da atividade.

A promoção de auditorias de conformidade legal e auditorias internas e externas ao sistema de gestão integrado implementado, bem como a realização de auditorias promovidas pela entidade reguladora (ERSAR), aliada ao bom desempenho apresentado pela BRAVAL no decurso destas auditorias, permite garantir e demonstrar o integral cumprimento pela legislação em vigor, regulamentos, normas e princípios subjacentes ao setor de atividade.

IX. Avaliação do Governo Societário

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none">Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe tenham sido fixados.	Total	<ul style="list-style-type: none">✓ A Braval cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none">Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.	Total	<ul style="list-style-type: none">✓ A divulgação da missão da Braval, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none">Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.	Total	<ul style="list-style-type: none">✓ A Braval elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.

<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a sua posição de sustentabilidade. ✓ A estratégia de sustentabilidade da Braval encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda a atividade da Braval é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. ✓ Neste contexto, a Braval adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Braval respeita toda a legislação vigente referente à

titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.		matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	✓ A Braval pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	✓ Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Braval estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão.
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso 	Total	✓ O Modelo de Governo

das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.		da Braval, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> • A Assembleia Geral; • O Conselho de Administração; • Fiscal Único.
• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.	Total	✓ Os membros dos Órgãos Sociais da Braval são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos livremente por apreciação independente da Assembleia Geral.
• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	✓ A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa. ✓ Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.

		✓ Neste contexto, a Braval está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco, que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto.
--	--	---

Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Braval consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none"> • Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	✓ Os membros do Conselho de Administração da Braval têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.

<ul style="list-style-type: none"> • No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Braval e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. ✓ Os membros do Conselho de Administração da Braval cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.
--	-------	--

Braga, 19 de março de 2018

O Conselho de Administração

(Dr. Rui Manuel de Sá Morais)

(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)

(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)